

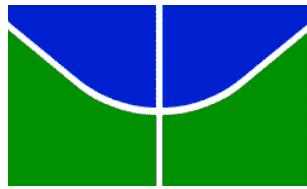
Universidade de Brasília
Instituto de Ciência Política

Ascensão da Direita: Como a representatividade do segmento no Congresso Nacional impactou a Produção Legislativa?

Ana Clara Tavares Codelino

Brasília – DF

Fevereiro/2025



Universidade de Brasília

Instituto de Ciência Política

Ascensão da Direita: Como a representatividade do segmento no Congresso Nacional impactou a Produção Legislativa?

Ana Clara Tavares Codelino

Monografia apresentada ao Curso de Ciência Política, do Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciência Política sob a orientação do professor Frederico Bertholini Santos Rodrigues.

Brasília – DF

Fevereiro/2025

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de registrar minha gratidão à minha mãe, Arlete, e à minha avó Margarida, que sempre foram meu pilar para tudo e que me encorajaram e incentivaram a completar a Graduação que sonhei, mesmo que para isso precisasse me mudar para o outro lado do país. Os 980 Km que nos separam jamais seriam capazes de diminuir meu amor por vocês.

Também gostaria de expressar minha gratidão a todos os meus amigos, àqueles que trouxe de casa e, principalmente, àqueles que a Universidade de Brasília colocou em meu caminho. Obrigada por serem meu lar mesmo quando eu estive tão longe de casa, obrigada por rirem e chorarem comigo ao longo destes anos.

Por fim, estendo meus agradecimentos a todo o corpo docente e quadro de funcionários da Universidade de Brasília e do Instituto de Ciência Política, que me auxiliaram ao longo da graduação e fizeram parte, direta ou indiretamente, de minha formação.

"Quem não se movimenta, não sente as correntes que o prendem."

(Rosa Luxemburgo)

Resumo: Este trabalho analisa as mudanças na agenda legislativa da Câmara dos Deputados ao longo de três legislaturas: 2011-2015, anterior ao impeachment de Dilma Rousseff; 2015-2019, período marcado pelo processo de impeachment; e 2019-2023, correspondente à legislatura eleita com Jair Bolsonaro. A pesquisa investiga o fortalecimento gradual da direita e da extrema-direita no Brasil, iniciado em 2013, intensificado em 2016 e consolidado nas eleições de 2018. Foca-se nas transformações na composição do Congresso e nas prioridades legislativas, evidenciando o avanço de pautas conservadoras, sobretudo nos campos dos costumes e dos direitos sociais, além da prevalência de políticas econômicas ultraliberais e restritivas na área social. O estudo busca compreender como essas mudanças refletem o impacto político e social da ascensão do conservadorismo na definição de políticas públicas no Brasil.

Palavras-chave: **Direita; Extrema-direita; Congresso Nacional; Conservadorismo; Impeachment de Dilma Rousseff; Jair Bolsonaro; Produção legislativa.**

Abstract: This study analyzes the changes in the legislative agenda of the Chamber of Deputies over three legislative periods: 2011-2015, preceding the impeachment of Dilma Rousseff; 2015-2019, a period marked by the impeachment process; and 2019-2023, corresponding to the legislature elected with Jair Bolsonaro. The research investigates the gradual strengthening of the far-right in Brazil, which began in 2013, was intensified in 2016, and consolidated in the 2018 elections. It focuses on the transformations in the composition of Congress and legislative priorities, highlighting the advancement of conservative agendas, particularly in the fields of morals and social rights, as well as the prevalence of ultraliberal economic policies and restrictive measures in the social sector. The study seeks to understand how these changes reflect the political and social impact of the conservatism rise in shaping public policies in Brazil.

Keywords: Right; Far-right; National Congress; Conservatism; Impeachment of Dilma Rousseff; Jair Bolsonaro; Legislative production.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

LGBTQIA+ – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexuais, Assexuais

MBL – Movimento Brasil Livre

STF – Supremo Tribunal Federal

TSE - Tribunal Superior Eleitoral

BBB - Bíblia, Boi e Bala

CN - Congresso Nacional

LISTA DE FIGURAS

Figura 1.....	16
Figura 2.....	22
Figura 3.....	27
Figura 4.....	29
Figura 5.....	30
Figura 6.....	31
Figura 7.....	31

SUMÁRIO

1. Introdução.....	09
1.1 Contextualização do Tema.....	09
1.2 Objetivo.....	11
2. O Fortalecimento da Direita no Brasil.....	12
2.1 Direita Tradicional versus Nova Direita no Brasil.....	14
2.2 Continuidade e Cadênci a entre os acontecimentos: Jornadas de Junho, Impeachment de Dilma Rousseff e a Eleição de Jair Bolsonaro.....	16
3. Metodologia.....	13
3.1 Contextualização do Tema.....	13
3.2 Objetivo.....	14
4. Análise dos Resultados.....	29
4.1 Como o Fortalecimento da Direita e sua Representatividade se refletem na Produção Legislativa.....	29
5. Considerações Finais.....	33

1. INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização do Tema

Nos últimos anos, o Brasil tem passado por um processo de fortificação da direita e da extrema-direita no âmbito político, em que o perfil ideológico de representantes eleitos, bem como de seu eleitorado, passaram cada vez mais a adotar discursos e medidas que são posicionadas à direita¹ do espectro político. O fortalecimento desse segmento resultou de intensos conflitos sociais e ideológicos, configurando-se como parte de um movimento mais amplo de consolidação de perspectivas conservadoras na esfera pública.

Segundo apontamentos de Singer (2021), a eleição de Jair Bolsonaro em 2018 não foi tão repentina quanto muitos pensavam à época. Diversos cientistas políticos e sociais se surpreenderam com os números da eleição presidencial, que conferiram a um candidato da extrema-direita uma vitória expressiva no segundo turno². Esse resultado deve ser entendido como produto de um processo de “reativação da direita”, uma vez que, após a redemocratização, o segmento passou por um período de retração, tornando-se a “direita envergonhada” referida por Singer (2021). Nesse contexto, as tendências centristas prevaleceram tanto ideologicamente quanto na autodeclaração, pois muitos parlamentares e partidos procuravam se distanciar da etiqueta de direita, associada ao período da ditadura militar.

Contudo, nos últimos anos, novos atores alinhados a um ideal conservador começaram a ganhar destaque e força, especialmente aqueles que associam sua identidade a posições conservadoras no campo dos costumes. Entre essas posições, destaca-se a oposição à união entre pessoas do mesmo sexo e ao ensino das teorias de gênero nas escolas, bem como questões ligadas à segurança pública, como a defesa da redução da maioridade penal e da ampliação do porte de arma. Esses atores conseguiram aumentar sua representatividade,

¹ O entendimento de “direita” utilizado neste trabalho segue a teorização de Bobbio (2011), que define a principal distinção entre esquerda e direita a partir do tratamento dado às desigualdades. Para Bobbio, a direita considera as desigualdades entre as pessoas como algo natural, o que as tornaria inevitáveis e fora da responsabilidade do Estado. Em contrapartida, as doutrinas e movimentos de esquerda entendem que grande parte das desigualdades tem origem nas relações sociais e, por isso, podem ser corrigidas. Nesse sentido, no plano econômico, políticas voltadas à redistribuição de renda e à inclusão social são frequentemente associadas à esquerda, enquanto a direita, geralmente, tende a aceitar as desigualdades como naturais e imutáveis. Essa perspectiva faz com que o pensamento de direita, em muitos casos, adote uma postura conservadora e seja menos favorável a iniciativas que busquem combater desigualdades sociais. Posteriormente, será detalhado neste artigo uma visão sobre a transformação da direita brasileira, realizando uma comparação entre a “direita tradicional” e a “nova direita”.

² Dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) apontam que Jair Bolsonaro foi eleito, no segundo turno, com 55,13% dos votos válidos e vitória em 16 estados da federação.

aproveitando-se do cenário social e político favorável, além do potencial eleitoral que a defesa desses valores pode gerar (Quadros e Madeira, 2018; e Fuks; Marques, 2020).

Esta ascensão da extrema-direita e do conservadorismo político no Brasil está associada a importantes mudanças na sociedade e na política brasileiras e sua tendência de crescimento eleitoral e de representação em instâncias como o Congresso Nacional refletem um processo de reorganização do segmento que ocorreu ao longo da década de 2010 (Borges; Vidigal, 2023). Segundo Fuks e Marques (2020), o início da década de 2010 é apontado como um ponto de inflexão, em que iniciativas provenientes da direita política passaram a romper com a tendência centrista que predominava na política brasileira desde a redemocratização.

A reorganização da direita está diretamente ligada à ascensão de movimentos sociais liberais e conservadores que surgiram na esteira dos protestos em favor do impeachment de Dilma Rousseff (Tatagiba, 2018), processo, que por sua vez, se inicia a partir das jornadas de junho de 2013³, momento em que o movimento direitista brasileiro soube ler a conjuntura política e renovou seu repertório de ação para incluir o confronto político direto, levando populares às ruas para manifestarem-se, inicialmente, contra serviços e o sistema públicos, representando um desejo de mudança. Contudo, a partir de 2015, as manifestações se fortalecem em um viés partidário antipetista e passam a se caracterizar como protestos contrários ao governo da então presidente Dilma Rousseff, aprofundando-se em investidas desestabilizadoras contra o governo.

Os protestos canalizaram, sobretudo, a insatisfação de segmentos das classes médias e altas, sendo o antipetismo um elemento catalisador que converteu frustrações diversas em uma mobilização coesa em torno de uma causa específica. Esse movimento gerou oportunidades políticas para setores oposicionistas que conseguiram articular o contexto de deterioração econômica a uma crise política e de valores. Esses protestos, que produziram um senso de coletividade entre seus participantes baseados no ódio ao PT, criaram o ambiente

³ Em meio a um crescente descontentamento com as instituições da democracia representativa e uma profunda falta de confiança nas estruturas políticas tradicionais, os protestos de junho de 2013 resgataram as ruas como um espaço de contestação e mobilização política. Esse movimento reacendeu a ideia de que a esfera pública poderia ser um local de resistência e de demanda por mudanças (Tatagiba, 2018).

necessário para que o processo de impeachment⁴ ganhasse força e viesse a se concretizar em 2016 (Tatagiba; Galvão, 2019).

O impeachment de Dilma Rousseff (2016) foi resultado de uma construção política que se iniciou nos eventos de 2013 e 2015-2016, na qual a direita tradicional desejando ascender ao poder por vias não eleitorais, utilizou-se de uma estratégia que não previa os efeitos posteriores indesejados: a ascensão da extrema direita com Jair Bolsonaro e uma nova composição no Congresso Nacional, com o crescimento do PSL, partido de extrema-direita que ganhou representação inédita na Câmara dos Deputados nas eleições de 2018, constituindo a segunda maior bancada da Casa. Essa nova composição representou um enfraquecimento dos partidos tradicionais - e, consequentemente da direita tradicional brasileira, representada durante anos pelo PSDB⁵, enquanto antagonista eleitoral do PT. Com as eleições federais de 2018, o PSL substituiu o PSDB e tornou-se a principal organização de direita na Câmara dos Deputados, o que significou um avanço de pautas conservadoras nos campos dos costumes, juntamente com a adoção de políticas econômicas de caráter ultraliberal e uma abordagem restritiva em relação à proteção social e direitos de minorias e maiorias marginalizadas⁶.

1.2 Objetivo

Mediante o exposto, este trabalho tem como objetivo analisar as transformações na agenda legislativa da Câmara dos Deputados ao longo de três legislaturas distintas: a 54^a Legislatura (2011-2015), a 55^a Legislatura (2015-2019) e a 56^a Legislatura (2019-2023). Essa análise se fundamenta na perspectiva de que o fortalecimento da direita e sua reorganização política teve início em 2013, com os protestos de junho, consolidou-se em 2016, durante o processo de impeachment, e atingiu seu ápice em 2018, com a eleição de Bolsonaro.

⁴ O termo "impeachment" é utilizado neste trabalho para referir-se ao processo formal de destituição que resultou na saída de Dilma Rousseff da Presidência da República, conforme definido pelas etapas previstas na Constituição Federal brasileira. Apesar disso, é relevante observar que a literatura da Ciência Política frequentemente caracteriza esse episódio como um golpe jurídico-parlamentar, apontando para irregularidades e motivações políticas que teriam desvirtuado o processo do impeachment. Contudo, não é o foco deste artigo discutir a legitimidade ou os méritos jurídicos do processo, concentrando-se apenas no impacto político e social subsequente a ele.

⁵ O PSDB foi o partido que enfrentou o PT no segundo turno em todas as eleições desde 1994 e nas eleições federais de 2014 elegeu a terceira maior bancada na Câmara dos Deputados, com 54 parlamentares. Nas eleições de 2018, este mesmo partido se viu perdendo protagonismo e elegeu apenas 29 representantes, caindo de terceira para nona maior bancada no intervalo de 1 Legislatura (Marques, 2019).

⁶ O conceito de maiorias marginalizadas refere-se a grupos sociais que, apesar de constituírem uma parcela numericamente significativa ou até majoritária de uma população, permanecem marginalizados em termos de poder político, econômico ou social. Grupos cuja força numérica não se traduz em poder, devido à dominação ideológica das elites (Gramsci, 1999).

O estudo busca compreender como a composição do Congresso Nacional - Câmara dos Deputados - e a produção legislativa, especialmente no que diz respeito aos projetos de lei apresentados, se reconfiguraram ao longo desses períodos. A pesquisa examinará se os dados quantitativos sobre a produção legislativa corroboram a literatura existente, que identifica uma acentuação das pautas conservadoras no campo político.

Para alcançar esses objetivos, este trabalho se debruça sobre a seguinte pergunta de pesquisa: *"Como o fortalecimento da direita no Brasil, entre 2013 e 2022, impactou a composição do Congresso Nacional e a definição de sua agenda legislativa?* A partir dessa questão central, os seguintes objetivos específicos orientam a investigação:

1. Mapear a composição partidária e ideológica do Congresso Nacional nas legislaturas sob análise identificando como a representatividade de parlamentares vinculados a partidos de direita/extrema-direita se comporta conforme os anos.
2. Construir uma base de dados sobre proposições legislativas apresentadas nas legislaturas analisadas com o objetivo de verificar se houve um incremento de propostas alinhadas a uma agenda conservadora.
3. Utilizar os dados coletados para produzir análises e representações visuais (como gráficos e tabelas) sobre os resultados.

Espera-se que os resultados da pesquisa revelem um aumento significativo, a cada legislatura, na quantidade de projetos de lei alinhados a uma agenda conservadora, especialmente em áreas como costumes, segurança pública e direitos sociais. Esse incremento deve refletir a consolidação da direita no cenário político brasileiro, evidenciando um padrão de reconfiguração ideológica do Congresso, o qual impacta a formulação de políticas públicas.

2. O FORTALECIMENTO DA DIREITA NO BRASIL

A compreensão do fortalecimento da direita no Brasil requer a análise de uma série de eventos e processos que se desdobraram ao longo dos anos. Segundo Codato, Bolognesi e Roeder (2015), na década que se seguiu à redemocratização, a política latino-americana testemunhou uma significativa virada ideológica, caracterizada pela ascensão de governos progressistas ao poder no início dos anos 2000. No Brasil, a esquerda - representada pelo PT - foi capaz de mobilizar os estratos mais baixos da sociedade, obtendo sucessivas vitórias nas eleições presidenciais de 2006, 2010 e 2014 e consolidado o país como representante da

chamada "esquerda moderada", assim como outros governos latinoamericanos, como Uruguai e Chile (Codato; Bolognesi; Roeder, 2015).

As manifestações de junho de 2013 representam um marco inicial no processo de fortalecimento da direita e da extrema-direita no Brasil. Inicialmente caracterizadas por demandas difusas, como melhorias nos serviços públicos e críticas à corrupção, os protestos logo foram apropriados por pautas conservadoras e antipolíticas. Conforme aponta Miguel (2019), as manifestações tiveram forte adesão da classe média e logo foram dominadas por um discurso de combate à corrupção, refletindo um crescente descontentamento com a ordem estabelecida. Segundo Borges e Vidigal (2018), a redistribuição promovida pelos governos do PT em benefício das camadas mais pobres teria resultado, simultaneamente, em um fortalecimento da identificação entre as classes desfavorecidas e o partido, bem como em uma perda de apoio entre as classes médias. Para o autor, o antipetismo estaria vinculado ao ressurgimento de uma direita autoritária e extremista, evidenciada nas manifestações de junho de 2013.

A partir de 2014, os protestos se fortaleceram em um discurso contra o Partido dos Trabalhadores e o antipetismo se consolidou enquanto fenômeno socioeconômico que ganhou força com o início das investigações conduzidas pela Polícia Federal, especialmente por meio da Operação Lava Jato. O sentimento antipetista funcionou como catalisador das manifestações, canalizando insatisfações difusas em um engajamento mais estruturado em torno de uma causa. Assim, "desde os protestos de junho de 2013, o Brasil vive uma combinação entre crise política e crise econômica que desaguou, a partir do final de 2014, em uma das mais graves crises institucionais de sua história" (Tatagiba, 2018).

O ciclo de mobilização de 2013 ofereceu oportunidades políticas para novos atores, os quais passaram a ir às ruas com demandas de combate à corrupção e defesa do impeachment de Dilma Rousseff (Tatagiba, 2018). Nesse contexto, a partir de 2015 e 2016, os protestos, organizados por movimentos sociais com orientações neoliberais e conservadoras⁷ passaram a impulsionar a campanha pelo impeachment de Dilma Rousseff, ganhando destaque e força. Solano, Ortellado e Moretto (2017) destacam que essa mobilização foi essencial para a

⁷ O paradoxo entre neoliberalismo econômico e pautas conservadoras nos valores, presente na extrema-direita brasileira, reflete a convivência de agendas aparentemente contraditórias: enquanto o neoliberalismo defende a desregulamentação econômica e o enfraquecimento do Estado em questões sociais, o conservadorismo valoriza a intervenção estatal para reforçar normas culturais e morais tradicionais. Essa combinação ocorre como uma estratégia política para unir diferentes segmentos sociais, desde elites econômicas até grupos religiosos e setores populares preocupados com valores tradicionais (Santos e Tanscheit, 2019).

reorganização da direita, marcando o fortalecimento de agendas conservadoras e liberais no debate público. O processo de impeachment de Dilma Rousseff, articulado a partir de 2014 e levado a termo em 2016, marcou um ponto de inflexão na política brasileira, consolidando o enfraquecimento da esquerda e criando as condições para a eleição de Jair Bolsonaro em 2018, fato que representa o ápice da reorganização e retomada de protagonismo da direita brasileira. Segundo Singer (2021), Jair Bolsonaro se aproveitou do contexto criado pelas manifestações de junho de 2013, pela Lava Jato e pela destituição da presidente petista do cargo, para reativar a direita e o conservadorismo popular.

A seguir, este artigo se debruçará em uma análise mais aprofundada dos momentos políticos que culminaram na derrocada da esquerda durante o processo de construção do impeachment de Dilma Rousseff, enfatizando as dinâmicas que fragilizaram sua base de apoio e minaram sua capacidade de articulação política. Além disso, será examinada a reorganização das forças de direita em torno da figura de Jair Bolsonaro, com destaque para os mecanismos sociais e políticos que possibilitaram sua consolidação como liderança central no cenário político brasileiro.

3.1 Direita Tradicional versus Nova Direita no Brasil

Antes de nos aprofundarmos nos fatos que ilustram a ascensão e consolidação de uma corrente ideológica mais conservadora e apelativa no cenário político brasileiro — identificada, neste artigo, como “nova direita/neoconservadores” — é essencial dedicar um momento à conceituação da chamada direita tradicional, destacando as principais diferenças que a distinguem dessa nova configuração.

A “nova direita” é entendida como um fenômeno recente e multifacetado no Brasil que se caracteriza por possuir uma organização partidária precária, frequentemente estruturada em torno de líderes carismáticos e personalistas e pela ausência de rotinas institucionais consolidadas, por conta de seus valores apolíticos e com um apelo antissistema. (Santos e Tanscheit, 2019). Sua emergência é vista como parte de um processo de reorganização do sistema político brasileiro, especialmente ao longo da década de 2010, refletindo mudanças no comportamento eleitoral e na estrutura partidária (Rocha, 2018).

No campo ideológico, a nova direita caracteriza-se por uma adesão ao neoliberalismo econômico, marcada pela defesa da diminuição da intervenção estatal nos mercados e pela valorização das dinâmicas de livre mercado. Sob a perspectiva sociocultural, manifesta

oposição a políticas de redução de desigualdades e à ampliação dos direitos de minorias, enquanto promove uma agenda conservadora que inclui maior controle estatal sobre escolhas individuais, como religião, educação e orientação sexual. Politicamente, evidencia uma postura de antagonismo às estruturas da democracia representativa tradicional, buscando restringir a atuação de partidos e discursos de oposição além de resgatar elementos autoritários historicamente vinculados ao regime da ditadura militar no Brasil (Santos e Tanscheit, 2019). Além disso, para Borges e Vidigal (2023), a nova direita se destaca ideologicamente pela ênfase em valores tradicionais e pela forte oposição às pautas progressistas, como direitos reprodutivos e direitos LGBTQIA+. Outro elemento fundamental é a sua ligação com a direita religiosa, que desempenha um papel central em liderar uma "guerra cultural" contra valores progressistas.

A nova direita representa uma mudança significativa na forma como as forças conservadoras se organizam e competem no cenário político brasileiro, se diferenciando em relação à direita tradicional (ou direita moderada). A direita tradicional, representada principalmente pelo PSDB, predominou durante a redemocratização e possuía uma agenda voltada para a defesa do mercado, com reformas liberalizantes, mas que detinha um compromisso com a democracia participativa, enquanto a nova direita se afastou desse compromisso, adotando uma postura mais autoritária e polarizadora. Assim, a relação entre as duas direitas é marcada por ruptura e transformação, em um contexto em que a nova direita surge como uma resposta às limitações e ao declínio da direita tradicional preenchendo o espaço deixado por esta em um cenário de polarização e descontentamento com o sistema político, enquanto incorpora elementos radicais e ultraconservadores que estavam ausentes ou eram menos evidentes na direita tradicional (Borges e Vidigal, 2023; Santos e Tanscheit, 2019).

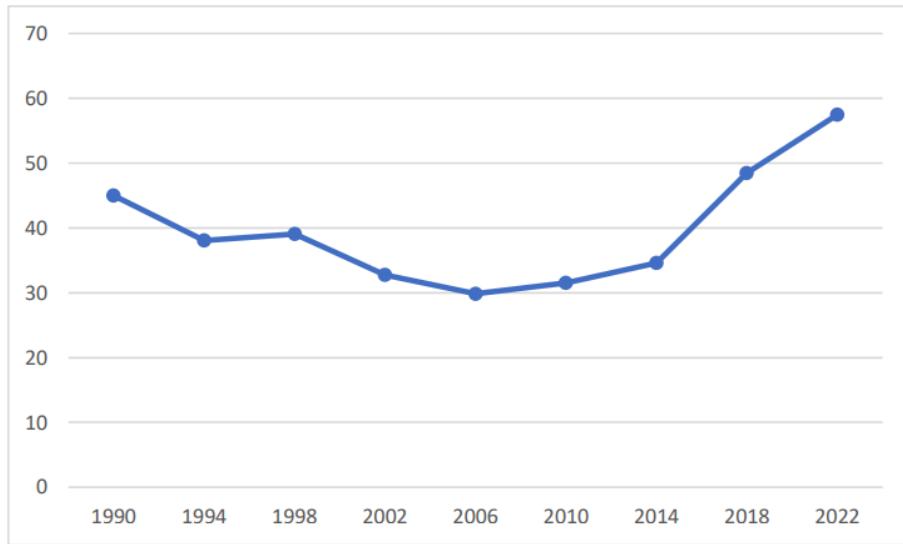
Ademais, a nova direita adota uma abordagem mais explícita na mobilização política, reivindicando abertamente sua identidade conservadora e se diferencia da direita tradicional pela forma como mobiliza apoio popular, com uma ênfase maior no uso de redes sociais e na mobilização direta de eleitores (Santos e Tanscheit, 2019). Em complemento, o extremismo presente na nova direita pode ser entendido sob a perspectiva apresentada por Cas Mudde em sua obra *The Ideology of the Extreme Right* (2000). Segundo o autor, as ideologias de extrema direita transcendem a defesa do liberalismo econômico e do livre mercado como modelos ideais para a sociedade. Essas perspectivas são marcadas pela valorização de "lei e ordem", incluindo o uso intensificado da força policial como solução para a violência, além de

posicionamentos anticomunistas, antiparlamentares, antipluralistas, racistas e xenófobos. Esses elementos, segundo Mudde, constituem características essencialmente “antidemocráticas” (MUDDE, 2000, p. 11-13; 72-74).

3.2 Continuidade e Cadênci a entre os acontecimentos: Jornadas de Junho, Impeachment de Dilma Rousseff e a Eleição de Jair Bolsonaro

Dados analisados por Singer (2021), coletados do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB), revelam dinâmicas importantes relacionadas à flutuação ideológica no Brasil ao longo das últimas décadas e apontam que entre 2006 e 2010 ocorreu uma significativa redução nas predisposições à direita entre os eleitores, cuja autodeclaração na escala ideológica enquanto “direita” cai de 38% para 24%, entre 2002 e 2006. O autor denomina este processo de desativação da direita, ao concluir que durante este período como o lulismo - termo cunhado por Singer (2012) e que faz referência ao modelo político e social associado aos governos de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) no Brasil - havia temporariamente desarmado o conservadorismo popular. Contudo, este movimento foi revertido a partir da década de 2010, como pode ser observado pelo gráfico a seguir:

Figura 1 - Votação agregada dos partidos de direita, Eleições para a Câmara dos Deputados (1990-2022)



Fonte: Repositório de dados eleitorais TSE; PREPPS 2006, 2011, 2015, 2019 e V-Party 2020 (Borges; Vidigal, 2023).

Ao estudar os protestos que ocorreram durante a década de 2010, Tatagiba (2019) observa que há uma continuidade entre os protestos de 2013 e os protestos de 2015-2016,

sendo eles parte de um mesmo processo histórico de mudanças, que abrange dimensões políticas, econômicas e culturais. Conhecidas posteriormente como “Jornadas de Junho”⁸, as manifestações foram, inicialmente, motivadas pelo descontentamento da população com o aumento das tarifas de transporte público. Contudo, conforme as manifestações ganharam força, as demandas se diversificaram, e o movimento adquiriu caráter nacional, incorporando críticas generalizadas à corrupção e à gestão pública (Tatagiba, 2015). Assim, os protestos que, em um primeiro olhar foram motivados por uma pauta específica e aparentemente despolitizada, são, em realidade um momento inicial de ruptura que transcendeu barreiras partidárias e inaugurou um período de crise política e polarização ideológica, marcado pela insatisfação generalizada com as condições de vida urbana e a qualidade dos serviços públicos (Santos e Tanscheit, 2019). As camadas médias urbanas se consolidaram como protagonistas de uma mobilização social marcada por demandas difusas e descontentamento generalizado. Esse grupo, que havia experimentado uma relativa estabilidade econômica e social durante os anos de crescimento do governo Lula, passou a expressar frustração com o aumento do custo de vida, a deterioração dos serviços públicos e a percepção de corrupção no governo (Bastos, 2017).

Enquanto os protestos de 2013 foram diversos em demandas e menos organizados, eles prepararam o terreno para o discurso antipetista que se consolidou nos anos seguintes. O descontentamento da população brasileira com o cenário socioeconômico deve ser compreendido dentro de um contexto mais amplo de crise do capitalismo neoliberal, intensificada globalmente a partir de 2008 (Bastos, 2017). No Brasil, os impactos dessa crise chegaram de forma defasada, devido ao modelo de desenvolvimento adotado nos governos petistas, o qual, ao combinar políticas macroeconômicas neoliberais e medidas de distribuição de renda e proteção social, foi capaz de amortecer temporariamente os efeitos da crise (Singer, 2012). Contudo, o “reformismo fraco” dos governos petistas, com sua natureza conciliatória, que buscava acomodar interesses de diferentes classes sociais, revelou-se insuficiente para conter os conflitos sociais latentes (Singer, 2012).

Para Singer (2018), Dilma apostou, desde 2011, em medidas desenvolvimentistas e de maior ativismo estatal, impulsionada pelo capital político acumulado por Lula nos mandatos

⁸ O termo “Jornadas de Junho (de 2013)” refere-se a uma série de manifestações populares que ocorreram em diversas cidades do Brasil ao longo do mês de junho de 2013, marcando um momento de grande mobilização social e contestação política. Inicialmente desencadeadas por protestos contra o aumento das tarifas de transporte público em cidades como São Paulo e Rio de Janeiro, liderados pelo Movimento Passe Livre (MPL), as manifestações rapidamente ganharam escala e diversidade de pautas, envolvendo milhões de pessoas em todo o país (Tatagiba, Trindade, Teixeira 2015).

anteriores, através da criação do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) e o acionamento dos bancos públicos na reorganização produtiva. Porém, o autor considera que a então presidente errou ao não se pronunciar sobre tais medidas a fim de mobilizar os trabalhadores e as camadas populares para defender o desenvolvimentismo e conscientizá-los sobre a manutenção das políticas de inclusão, que foram mantidas e ampliadas durante seus mandatos - a exemplo da ampliação do programa Bolsa Família em 2014, a política de pleno emprego, a valorização do salário mínimo e a criação do programa Mais Médicos (Singer, 2018). Assim, as classes populares, apesar de beneficiarem-se de políticas como a ampliação do acesso à educação e programas de transferência de renda, passaram a manifestar descontentamento com a insuficiência e os limites dessas políticas. Movimentos sociais historicamente alinhados aos governos Lula e Dilma, como sindicatos e organizações de sem-teto e sem-terra, passaram a criticar o governo por sua incapacidade de enfrentar de forma mais contundente as estruturas de desigualdade e exploração (Abers, Serafim e Tatagiba, 2014). Já os setores da burguesia e da classe média, insatisfeitos com as políticas sociais e a intervenção do Estado na economia, começaram a organizar uma oposição mais veemente ao governo.

Dessa forma, os protestos de junho representaram o ápice de uma insatisfação difusa que já vinha se manifestando nos anos anteriores e uma “extraordinária oportunidade para os setores oposicionistas, à esquerda e à direita do espectro político, expressarem seu descontentamento com as políticas do governo” (Tatagiba 2018), abrindo caminho para o discurso antipetista que se consolidou nos dois anos seguintes. A partir de 2014, os discursos antipetistas ganharam mais força no cenário político brasileiro, desempenhando um papel central nas manifestações que emergiram nesse período. Diferentemente do caráter mais difuso dos protestos que ocorreram em 2013, marcados por uma ampla gama de reivindicações e demandas, os protestos de 2014 foram menos numerosos e expressivos, mas refletiram uma crescente polarização política, que se intensificou com as eleições presidenciais daquele ano (Santos e Tanscheit, 2019). A narrativa oposicionista, mobilizada pela insatisfação dos setores médios e dominantes, ganha direção unificada na campanha eleitoral de 2014 e se fortalece com a operação Lava Jato, que associou diretamente a corrupção aos governos petistas (Tatagiba, 2015).

A Operação Lava Jato, que inicialmente buscava combater a corrupção no setor de petróleo e gás, rapidamente se tornou um instrumento de desestabilização política, ao envolver figuras proeminentes do PT em suas investigações. A despeito do apoio inicial do

governo Dilma à operação, a Lava-Jato desarticulou as bases políticas que sustentavam o PT, atingindo empresários, partidos e lideranças que integravam a coalizão governista. As investigações da operação, amplamente divulgadas pela mídia, reforçaram a percepção de que o governo era incapaz de controlar a corrupção, fato que reforçou o enquadramento moral que associava o partido à corrupção, oferecendo um discurso unificador para os grupos conservadores e de direita (Bastos, 2017).

Entre 2014 e 2016, o antipetismo emergiu como um dos principais fatores estruturantes do cenário político brasileiro, desempenhando um papel central na articulação das forças que impulsionaram o impeachment de Dilma Rousseff e se consolidando como algo além de uma mera crítica política, e sim como uma identidade coletiva, que unificou diversos setores sociais sob a bandeira da oposição ao PT (Messenberg, 2017). A narrativa antipetista foi construída e amplificada a partir da associação do partido com escândalos como o Mensalão (2006) e o Petrolão (2014)⁹, que atribuíram ao partido uma corrupção endêmica. Esse fato não apenas simplificou a complexidade dos problemas nacionais, mas também transformou o PT em um inimigo comum, um “mal” a ser combatido pela sociedade (Messenberg, 2017). Essa visão maniqueista foi fundamental para mobilizar sentimentos de indignação e rejeição, levando a mobilizações que assumiram o caráter de uma cruzada moral, na qual o “bem” se unia contra o “mal” (Tatagiba, 2018). Tal mobilização emocional contra o partido facilitou o engajamento de diferentes setores sociais, ao conferir aos protestos um tom pessoal e moralizante. O antipetismo tornou-se, assim, um ponto de convergência para a direita e a extrema-direita, articulando setores da sociedade que iam desde a elite econômica até grupos populares descontentes, sob a bandeira da rejeição ao PT (Messenberg, 2017).

A associação da corrupção ao PT ofereceu um poderoso mote para o conflito: “o problema do Brasil é a corrupção, a causa da corrupção são os governos do PT e a superação do problema é o ‘Fora PT’, ‘Fora Lula’ e ‘Fora Dilma’” (Tatagiba, Trindade e Teixeira 2015). A narrativa antipetista e a polarização política se fortaleceram ainda mais após as eleições presidenciais de 2014, marcadas pela disputa acirrada entre Dilma Rousseff e Aécio Neves. A recusa de Aécio Neves em aceitar os resultados do pleito, marcada pela contestação do

⁹ Estudos sugerem que o aumento do antipetismo está relacionado aos escândalos de corrupção: Mensalão em 2006, quando o percentual de eleitores antipetistas passa de 28% para 39%; e Lava Jato, em 2014, quando o percentual saltou de 28% para 40% (Paiva, Krause e Lameirão, 2016, Singer 2012).

resultado oficialmente perante o TSE menos de 24 horas após sua derrota¹⁰, catalisou a insatisfação de grupos opositores, intensificando os protestos e direcionando o descontentamento para um movimento de organização de manifestações contra o governo recém-eleito (Tatagiba, 2015). Assim, partidos de oposição e movimentos emergentes - como o “MBL” e o “Vem pra Rua” - passaram a consolidar estratégias de mobilização que culminaram nos protestos massivos de 2015 e 2016 (Tatagiba, 2018). Assim, conclui-se que as manifestações de 2014 foram uma espécie de “ponte” entre o descontentamento generalizado de 2013 e as grandes mobilizações pró-impeachment de 2015-2016 (Bastos, 2017).

Embora o antipetismo, enquanto como fenômeno sociopolítico ou político-eleitoral, exista desde 2005, a partir dos escândalos de corrupção revelados pelo Mensalão, é a partir de 2015, com a sobreposição entre as ações do sistema judiciário brasileiro e os interesses políticos da base social antipetista, que se torna viável não apenas associar seletivamente o PT à corrupção, mas também consolidar essa questão como o principal problema nacional. Um estudo realizado por Tatagiba (2019), aponta que foram realizados 1.285 protestos entre janeiro de 2011 - início do Governo Dilma Rousseff - e agosto de 2016, quando ela é definitivamente afastada pelo Senado. Após um declínio em 2014, possivelmente em função do processo eleitoral, os protestos ganharam um novo pico de mobilização a partir de 2015, não apenas pelo número de protestos, mas pela amplitude territorial e pelo engajamento dos participantes (Tatagiba, 2019). Nesse momento, as mobilizações apresentavam como principais demandas o combate à corrupção, a defesa do impeachment de Dilma Rousseff e a prisão do ex-presidente Lula. Temas secundários, mas também presentes nesses protestos, incluíam questões relacionadas à ordem, segurança e à “defesa dos valores da família” (Tatagiba, 2018). É nesse período que as reivindicações envolvendo governo e sistema político se tornam predominantes na agenda pública atingindo, em 2016, 60% do total das bandeiras levantadas pelos protestos, refletindo o auge da crise política no Brasil (Tatagiba, 2019).

Paralelamente às organizações das manifestações, os índices de aprovação da gestão da então presidente atingiram os níveis mais baixos, com apenas 13% em 2015 e 10% em 2016. O governo Dilma Rousseff enfrentava, além da pressão das ruas, um crescente

¹⁰ Em 26 de outubro de 2014, Dilma Rousseff foi reeleita em segundo turno nas eleições presenciais mais acirradas, até então, desde 1989, com 51,64% dos votos, versus 48,36% votos para seu opositor, Aécio Neves. No dia seguinte, o PSDB solicitou ao TSE pedido de auditoria, a fim de verificar a “lisura” dos resultados eleitorais, iniciando forte crise política e institucional no país (Tatagiba, 2018).

isolamento político. Essas condições, somadas às contradições entre as políticas adotadas e as expectativas de sua base social, minaram a legitimidade da presidente e contribuíram para o desfecho do impeachment (Tatagiba, 2019). Foi nesse contexto que o processo de impeachment foi iniciado, a partir da aceitação de denúncia por crime de responsabilidade - realizada em 02 de dezembro de 2015, por Hélio Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaína Paschoal. Com os votos da maioria dos integrantes de partidos de centro que integraram os governos Lula e Dilma - como PMDB, PSD e PP, evidenciando um deslocamento significativo à direita entre as legendas tradicionalmente governistas - o impeachment foi aprovado na Câmara dos Deputados em abril de 2016 e no Senado Federal já no mês seguinte. A Casa Alta votou definitivamente pela cassação de Dilma em agosto de 2016, substituindo-a por Temer e marcando o encerramento do ciclo de quase catorze anos de governos do PT (Santos e Tanscheit, 2019).

O impeachment de Dilma Rousseff representou, segundo Bastos (2017), uma ruptura institucional que não apenas encerrou o governo, mas consolidou um novo projeto político e econômico no Brasil através de uma reorganização política que promoveu a ascensão - temporária - da chamada "direita tradicional" ao poder. A transição para o governo Michel Temer marcou o início de uma agenda de reformas neoliberais alinhadas aos interesses das elites empresariais e financeiras (Bastos, 2017). Entre as principais medidas implementadas estão a reforma trabalhista, que flexibilizou as regras de contratação, incluindo a terceirização irrestrita e o trabalho intermitente, e a tentativa de reforma da Previdência, que propunha, entre outras mudanças, o aumento da idade mínima para aposentadoria e o tempo de contribuição (Santos e Tanscheit, 2019). Essas medidas não foram bem recebidas pela população, aprofundando a insatisfação popular e contribuindo para que o governo Temer registrasse um dos piores índices de aprovação da história recente do Brasil, com apenas 4% de apoio em setembro de 2018 (Santos e Tanscheit, 2019). Além das medidas econômicas, o desgaste político do governo foi acentuado pelo envolvimento de Michel Temer em denúncias de corrupção investigadas pela Operação Lava Jato.

O processo de ascensão da nova direita e fracasso da direita tradicional está diretamente relacionada com sua participação no impopular governo de Michel Temer¹¹, cuja gestão consolidou a percepção negativa sobre a "direita moderada" e pavimentou o caminho

¹¹ O papel do impeachment de 2016 e da Gestão Temer que prosseguiu o ocorrido na solidificação da extrema/nova direita enquanto segmento serão abordados com maior profundidade posteriormente neste artigo, por ora, basta dizer que o fracasso do governo Temer não apenas deteriorou a imagem da direita tradicional, mas também foi instrumental na emergência de uma nova configuração política no país (Bastos, 2017).

para a ascensão de uma direita radical (Bastos, 2017). Temer assumiu a presidência em um contexto de profunda polarização política, após o impeachment de Dilma Rousseff em 2016, mas sua administração foi marcada por diversos fatores que minaram a legitimidade de sua coalizão e enfraqueceram o bloco moderado. A estratégia de ascensão da direita tradicional, que viu no impeachment um “atalho” para ascender ao poder por vias não eleitorais, teve consequências indesejadas e não previstas para o segmento. Embora a manobra tenha conseguido interromper o ciclo de governos petistas iniciado em 2002, ela teve consequências que minaram sua própria relevância no cenário político. A destituição de Dilma Rousseff e o impopular governo Temer aprofundaram a crise de representatividade - presente desde 2013 - e abriram espaço para a ascensão de forças mais radicais e outsiders, como Jair Bolsonaro (Santos; Tanscheit, 2019). Esse processo desestruturou o padrão de competição política que, por mais de duas décadas, esteve centrado na polarização entre PT e PSDB e representou uma “troca de guarda” na direita brasileira. Após o impeachment, o PSDB, antes protagonista da direita tradicional, perdeu sua força política, enquanto o PSL se consolidou como o principal adversário do PT.

Assim, segundo (Santos; Tanscheit, 2019), é possível afirmar que a estratégia do impeachment representou o início do colapso do sistema partidário que viria a se concretizar em 2018. As eleições de 2018 representaram uma transformação significativa no cenário político brasileiro, marcando o enfraquecimento dos partidos tradicionais de direita, como o MDB e o PSDB, e a ascensão de novas forças políticas que redimensionaram o Congresso Nacional, conforme podemos observar a partir das seguintes figuras, que retratam a composição da Câmara dos Deputados nos três momentos analisados pelo presente trabalho (eleição de 2010 - Legislatura 54; eleição de 2014 - Legislatura 55; e eleição de 2018 - Legislatura 56).

Figura 2 - Composição Partidária da Câmara dos Deputados nas 54^a, 55^a e 56^a Legislaturas



Fonte: Portal G1 - Eleições 2018 (G1;2018).

Segundo Marques (2019), historicamente, o MDB e o PSDB desempenharam um papel central na construção e manutenção do modelo de presidencialismo de coalizão que caracterizou a Nova República. No entanto, como podemos observar na Figura 3, as eleições de 2018 evidenciaram um drástico declínio em sua relevância - o MDB, que havia conquistado 65 cadeiras na Câmara dos Deputados em 2014, reduziu sua representação para 34; enquanto o PSDB, que ocupava 54 assentos em 2014, passou a deter apenas 29 cadeiras em 2018. Esses partidos falharam em mobilizar eleitores diante do desgaste de suas lideranças, escândalos de corrupção e a crescente polarização política e crise de legitimidade das instituições, que foi acentuada pela emergência de uma narrativa antipolítica que favoreceu partidos emergentes e outsiders políticos, em detrimento das estruturas tradicionais de poder (Marques, 2019).

Com resultado, lideranças e partidos políticos *outsiders* como Bolsonaro e o PSL - sua legenda no momento da eleição de 2018 - conseguiram desmoralizar a política alegando que todos aqueles que faziam parte dela e do mainstream eram corruptos, viabilizando sua eleição por meio da moralização da política. Ao se colocar enquanto símbolo da reconfiguração da direita brasileira e figura anti-sistema, Bolsonaro foi capaz de catalisar uma onda de insatisfação popular com o establishment político (Santos; Tanscheit, 2019). Este novo arranjo político apresenta implicações profundas para a governabilidade e para as dinâmicas do poder legislativo no Brasil. Com o enfraquecimento dos partidos tradicionais e a ascensão de novas forças, observa-se um Congresso mais conservador em questões sociais e mais inclinado a propostas ultraliberais no campo econômico (Marques, 2019).

As eleições de 2018 se caracterizam como o clímax da reativação definitiva da nova direita, com sua organização em torno de Jair Bolsonaro, figura da qual utilizaram como âncora para seus ideais e para seu impulsionamento. Singer (2021) sugere que a polarização eleitoral de 2018 foi essencial para reativar predisposições ideológicas conservadoras que haviam sido desativadas durante os anos de 2006 a 2010, em que houve uma relativa despolarização, deslocando a classe média para o centro e consolidando - temporariamente - as bases populares em torno do lulismo. Contudo, fatores como as manifestações de 2013, a Operação Lava Jato, a crise econômica de 2015 e o impeachment forneceram terreno fértil para que a direita voltasse a se organizar e a conquistar espaço. Conforme discutido anteriormente, a partir de 2013, emerge uma nova e fortalecida direita no cenário político,

articulando uma agenda que, embora diversa em seus elementos, é marcada pelo antipetismo, pelo conservadorismo moral e pela polarização ideológica, elementos que se fortaleceram cada vez mais com o avanço da crise política no Brasil, “desencadeada com os protestos de rua de junho de 2013, polarizada nas eleições de 2014, aprofundada com o impeachment de Dilma Rousseff, em 2016, e cujo desdobramento mais recente foi a eleição de um político de extrema direita” (Almeida, 2019).

De acordo com Santos e Tanscheit (2019), nas eleições presidenciais de 2018, quatro candidatos se destacavam na liderança das pesquisas: Ciro Gomes (PDT), Fernando Haddad (PT), Geraldo Alckmin (PSDB) e Jair Bolsonaro (PSL). Neste cenário, havia uma expectativa na vitória da candidatura eleitoral do PSDB na disputa presidencial, visto que o candidato Geraldo Alckmin reuniu a maior coligação eleitoral do país, garantiu quase 50% do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral e dispôs de R\$ 852,8 milhões para financiamento de campanha provenientes do Fundo Partidário. Contudo, contrariando as expectativas, a candidatura de Jair Bolsonaro registrou um crescimento contínuo, quase alcançando a vitória no primeiro turno. Com isso, a articulação da nova direita teve seu ápice nas eleições de 2018, com a eleição de Jair Bolsonaro, um candidato declaradamente de extrema direita, cuja campanha foi marcada por posições conservadoras nos costumes, elogios ao período da ditadura militar e ataques contundentes à esquerda (Fuks; Marques, 2020).

Moreira e Rennó (2024) apontam que Bolsonaro teve um papel catalisador do conservadorismo no Brasil e foi capaz de injetar um nível maior de proeminência para as questões ideológicas nas eleições de 2018, ao conseguir articular o autoritarismo e o neoliberalismo de maneira inovadora, complementando-os com uma agenda marcada por um forte conservadorismo comportamental e caráter religioso, principalmente pentecostal¹². Segundo Borges e Vidigal (2023), a direita religiosa, representada principalmente por igrejas neopentecostais, desempenhou um papel crucial na vitória de Bolsonaro. Decisões como a legalização do casamento homoafetivo e a legalização do aborto, estimularam uma reação conservadora liderada por líderes evangélicos que consolidou o papel das igrejas na política, e em 2018, pela primeira vez, as lideranças evangélicas alinharam-se a uma candidatura claramente extremista, sacramentando o vínculo entre Bolsonaro e o segmento religioso.

¹² Segundo Mariano (2022), a partir da década de 1980, os evangélicos, em especial os pentecostais, ocupam um lugar de visibilidade na esfera pública brasileira, principalmente na política. O envolvimento de cristãos pentecostais e neopentecostais na política se fortalece no ativismo político evangélico conservador como uma reação à recente diversidade sociocultural, à secularização e à progressão política dos movimentos feminista e LGBT, evangélicos conservadores partiram para a guerra cultural, emulando a Christian Right e radicalizando o ativismo político de feitio antipluralista, patriarcalista, antifeminista, antigênero, familialista e homofóbico no CN.

Tal afirmação corrobora com os trabalhos de Singer (2021), o qual argumenta que o bolsonarismo contribuiu para “reativar posições adormecidas, mas não extintas” (p.710) de uma certa predisposição conservadora dos brasileiros. A reorganização da direita, não só amplia sua presença no parlamento e na sociedade, mas também reivindica abertamente sua identidade ideológica, que está fundamentalmente ancorada em posições conservadoras no campo dos costumes e da segurança pública. Acompanhando este movimento, observa-se também um aumento significativo da influência da ideologia sobre o comportamento político dos eleitores brasileiros (Fuks; Marques, 2020), (Quadros; Madeira, 2018). A reativação definitiva da extrema-direita no Brasil, que culminou na eleição de Jair Bolsonaro em 2018, ilustra um processo de reorganização política que consolidou na articulação de uma agenda moralmente conservadora, combinada com um discurso antissistema e uma retórica de combate à corrupção, que encontrou eco em amplos setores da sociedade. Essa transformação evidencia uma ruptura com a direita tradicional, ao mesmo tempo em que molda os desafios futuros para a política brasileira e a democracia.

3. METODOLOGIA

A produção legislativa constitui uma dimensão central das atividades desempenhadas pelos deputados federais e tem sido amplamente abordada nos estudos sobre a Câmara dos Deputados no Brasil, pois a análise da produção legislativa permite identificar variáveis político-institucionais que influenciam o comportamento dos parlamentares enquanto formuladores de leis e representantes de territórios, de grupos sociais específicos e da sociedade em geral (Araújo, 2023). Visando o objetivo de verificar se a produção legislativa da Câmara dos Deputados revela um padrão de reconfiguração ideológica do Congresso que compactua com a cadente fortificação da direita ideológica, como descrito na linha do tempo analisada pelo presente artigo “Jornadas de Junho → Impeachment → Eleições de Jair Bolsonaro”, as legislaturas escolhidas foram: a legislatura anterior ao impeachment de Dilma Rousseff (2011-2015), a legislatura concomitante ao processo de impeachment (2015-2019) e a legislatura eleita juntamente com Jair Bolsonaro (2019-2023).

3.1 Construção da Bases de Dados

A partir do levantamento de informações, será desenvolvida uma base de dados que permitirá sistematizar os dados coletados, facilitando sua análise posterior. Os dados serão categorizados com base em duas dimensões principais:

1. A autoria das proposições, visando a identificação dos responsáveis pela proposição dos projetos de lei, considerando a filiação partidária. Esta análise visa responder aos seguintes questionamentos:
 - a. Quantos projetos de lei foram apresentados por partidos de direita e extrema em cada legislatura analisada?
 - b. Como essa quantidade se compara em relação ao total de projetos de lei apresentados por todas as agremiações durante a legislatura?
2. Classificação temática¹³ dos projetos propostos por integrantes das agremiações de direita e extrema-direita, de acordo com as pautas abordadas. Serão aplicados filtros para identificar dentre os projetos de lei apresentados - em uma busca na ementa/conteúdo dos projetos - a presença de palavras que façam alusão à agenda da extrema direita. Os termos utilizados nesta pesquisa¹⁴ abrangem as seguintes pautas:
 - a. Costumes/Valores: ideologia de gênero; união homoafetiva; estatuto da família; proteção ao nascituro; nascituro; estatuto do nascituro; kit gay; escola sem partido; pró-vida; pró-família; pesquisas com células tronco; aborto; *homeschooling*; educação domiciliar.
 - b. Segurança Pública: armamento; posse de arma; o Estatuto do Desarmamento; redução da maioridade penal.
 - c. Direitos Sociais: trabalho escravo; terras indígenas; demarcação de terras indígenas.

3.2 Análise dos Dados e Interpretação dos Resultados

Os dados desse projeto são referentes aos últimos 20 anos de projetos de lei propostos no Congresso Nacional englobando 3 Legislaturas (54^a, 55^a e 56^a). No total, observam-se 31.128 projetos de lei no banco de dados final. A fim de fazer este estudo, realizaram-se análises referentes ao alinhamento dos partidos em relação à pautas conservadoras, alinhamento ideológico do partido e a frequência das diferentes categorias de projetos de lei, produzindo uma análise de correspondência com o objetivo de demonstrar a relação entre a frequência conjunta das categorias dos projetos de lei e o partido responsável pela proposição.

¹³ Os termos e categorias utilizados neste estudo representam um recorte específico da agenda conservadora e da extrema-direita no Brasil. A seleção e elaboração das "palavras-chave" de busca e categorização foram fundamentadas na literatura acadêmica citada, porém, reconhece-se que tais escolhas possuem limitações e não conseguem abranger integralmente a amplitude de assuntos econômicos e sociais que perpassam tanto a extrema-direita quanto o movimento conservador. Essa delimitação foi necessária para garantir a viabilidade metodológica da pesquisa, sem prejuízo da complexidade inerente ao tema.

¹⁴ A elaboração das palavras foi baseada na seguinte literatura: Santos (2019); Marques (2019); Linhares e Mendonça (2016).

A classificação dos dados foi realizada através do modelo LLM chamado LLaMA3. O projeto teve dificuldades em utilizar outros softwares mais robustos como o crewai ou integração direta com a OpenAI, dado a grande quantidade de dados a serem classificados. Foi através do OLLAMA que os dados das ementas dos projetos de lei foram classificados em “Costumes”, “Direitos Sociais”, “Segurança Pública” ou “Outros”. A precisão de classificação temática observada pelo modelo foi de aproximadamente de 70%.

Já para os entendimentos relacionados à composição partidária e ideológica da Câmara dos Deputados serão utilizados dados eleitorais disponíveis no site do TSE - para a quantificação das bancadas por partido - e a interpretação ao longo de todo este trabalho acerca da classificação ideológica dos partidos será feita com base no artigo “Uma nova classificação ideológica dos partidos políticos brasileiros” (Bolognesi; Ribeiro; Codato, 2023), vide tabela abaixo:

Figura 3- Classificação dos Partidos no Espectro Ideológico

Partido ^{*15}	Média Ideológica na Escala do survey UFPR/ABCP (2018)	Classificação Ideológica - Baseada na Escala do survey UFPR/ABCP (2018) ^{*16}
PSTU	0,51	Extrema-esquerda
PCO	0,61	Extrema-esquerda
PCB	0,91	Extrema-esquerda
PSOL	1,28	Extrema-esquerda
PCdoB	1,92	Esquerda
PT	2,97	Esquerda
PDT	3,92	Centro-esquerda

¹⁵ PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado, PCO – Partido da Causa Operária, PCB – Partido Comunista Brasileiro, PSOL – Partido Socialismo e Liberdade, PCdoB – Partido Comunista do Brasil, PT – Partido dos Trabalhadores, PDT – Partido Democrático Trabalhista, PSB – Partido Socialista Brasileiro, Rede – Rede Sustentabilidade, PPS – Partido Popular Socialista, PV – Partido Verde, PTB – Partido Trabalhista Brasileiro, SDD – Solidariedade, PMN – Partido da Mobilização Nacional, PMB – Partido da Mulher Brasileira, PHS – Partido Humanista da Solidariedade, MDB – Movimento Democrático Brasileiro, PSD – Partido Social Democrático, PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira, PPL – Partido Pátria Livre, PRTB – Partido Renovador Trabalhista Brasileiro, PROS – Partido Republicano da Ordem Social, PRP – Partido Republicano Progressista, PR – Partido da República, PTC – Partido Trabalhista Cristão, DC – Democracia Cristã, PSL – Partido Social Liberal, Partido Social Cristão, DEM – Democratas

¹⁶ A escala foi dividida de modo que partidos que tiveram média ideológica entre 0 e 1,5 foram classificados como de extrema-esquerda. Os que pontuaram de 1,51 a 3, como esquerda. De 3,01 a 4,49 estão as legendas de centro-esquerda. Já entre 4,5 e 5,5, as de centro. Valores entre 5,51 e 7 englobam a centro-direita. Os de 7,01 a 8,5 foram classificados como de direita. Por fim, partidos que pontuaram na média entre 8,51 e 10, foram considerados de extrema-direita.

PSB	4,05	Centro-esquerda
Rede	4,77	Centro
PPS	4,92	Centro
PV	5,29	Centro
PTB	6,1	Centro-direita
Avante	6,32	Centro-direita
SDD	6,5	Centro-direita
PMN	6,88	Centro-direita
PMB	6,9	Centro-direita
PHS	6,96	Centro-direita
MDB	7,01	Direita
PSD	7,09	Direita
PSDB	7,11	Direita
Podemos	7,24	Direita
PPL	7,27	Direita
PRTB	7,45	Direita
Pros	7,47	Direita
PRP	7,59	Direita
PRB	7,78	Direita
PR	7,78	Direita
PTC	7,86	Direita
DC	8,11	Direita
PSL	8,11	Direita
Novo	8,13	Direita
Progressistas	8,2	Direita
PSC	8,33	Direita
Patriota	8,55	Extrema-direita
DEM	8,57	Extrema-direita

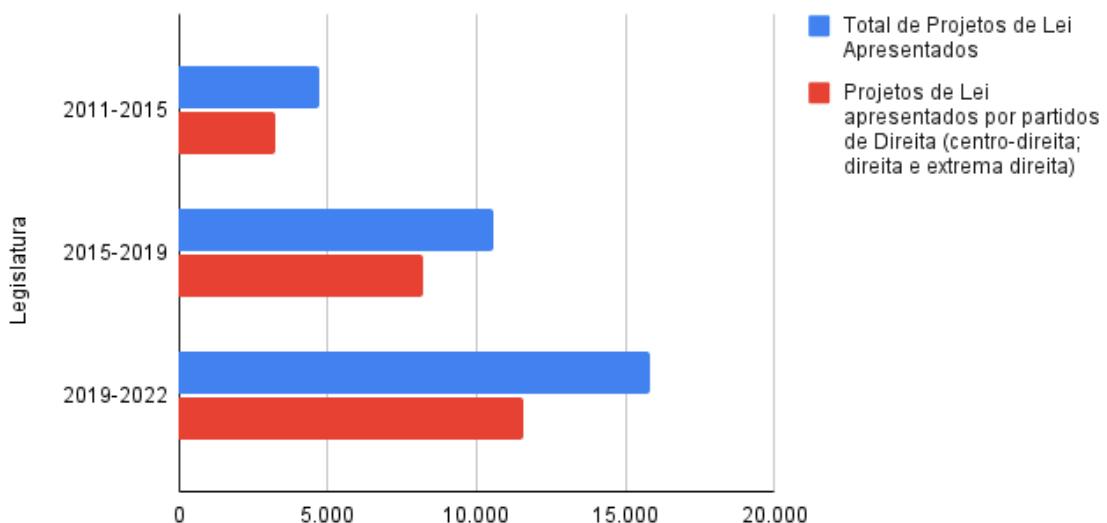
Fonte: Survey UFPR/ABCP (2018); Bolognesi; Ribeiro; Codato, (2022) - Tabela de Elaboração própria.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Como o Fortalecimento da Direita e sua Representatividade se refletem na Produção Legislativa

A mudança na composição da Câmara dos Deputados demonstra um crescimento na presença de siglas de direita e a reorganização de partidos de centro e centro-direita em um projeto político ideologicamente alinhado ao neoconservadorismo.

Figura 4 - Produção Legislativa de partidos da Direita VS Produção Legislativa Total



Fonte: Base de Dados da Pesquisa; Gráfico de Elaboração Própria

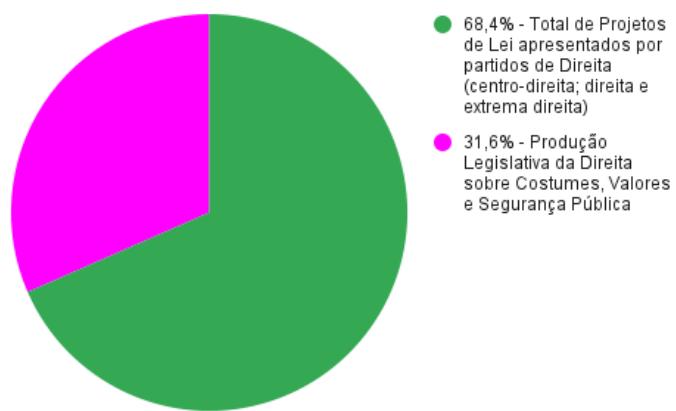
A 54^a Legislatura ocorreu concomitantemente ao início do processo de perda de poder e de tração da esquerda brasileira. O início de manifestações massivas a partir de 2013 e as crises políticas subsequentes, produziram um crescimento de sentimentos de antipolítica e antipetismo, o que, ultimamente, levou o campo da esquerda e da centro-esquerda ao desgaste e proporcionou o contexto ideal para a reorganização da direita no cenário político nacional. Neste momento, a quantidade de cadeiras ocupadas por partidos entendidos como ideologicamente alinhados com a centro direita, direita e extrema-direita - PMDB, PSDB, DEM, PR, PP, PTB, PSC, PRB, PMN, PRP, PHS, PRTB, PSL, PTC - totalizava 315 assentos, de 513, o que representa aproximadamente 61,4% da Câmara dos Deputados.

Já a 55^a Legislatura, ocorreu no período intermediário entre o impeachment e a gestão Temer, um momento em ao início do processo de perda de poder e de tração da esquerda brasileira. Neste momento, a quantidade de cadeiras ocupadas por partidos entendidos como ideologicamente alinhados com a centro direita, direita e extrema-direita - MDB, PSDB, DEM, PSD, PR, PP, PTB, PSC, PRB, PMN, PRTB, PSL, PTC - totalizava 352 assentos, de 513, o que representa aproximadamente 68,6% da Câmara dos Deputados.

Por fim, a composição partidária da 56^a Legislatura, mostra que a quantidade de cadeiras ocupadas por partidos entendidos como ideologicamente alinhados com a centro direita, direita e extrema-direita - PSL, PP, MDB, PSD, PR, PRB, PSDB, DEM, SD, PODE, PTB, PSC, PROS, Novo, Avante, PHS, PATRI, PRP, PMN, PTC, DC, PPL - totaliza 365 assentos, de 513, o que representa aproximadamente 71,15% da Câmara dos Deputados.

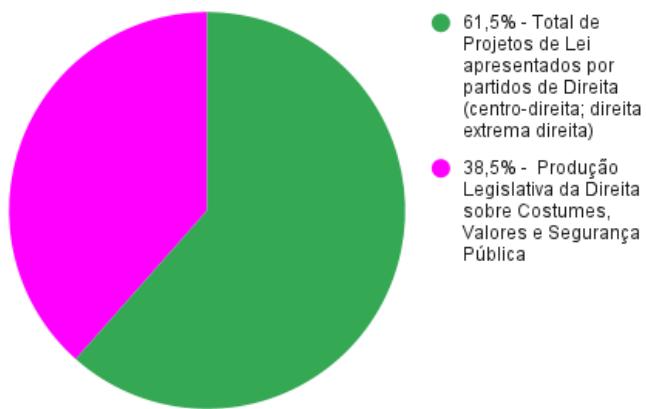
Tal processo de incremento no número de parlamentares direitistas, consequentemente teve como resultado uma maior produção legislativa de partidos alinhados a este campo ideológico. Porém, para que seja possível identificar como esse fato se manifesta na determinação da agenda política da Câmara dos Deputados, observamos, de forma geral qual o teor do conteúdo dos projetos de lei apresentados por parlamentares de direita ao longo das Legislaturas estudadas.

Figura 5 - Produção Legislativa da Direita sobre Costumes, Valores e Segurança Pública VS Produção Legislativa Total da Direita na 54^a Legislatura



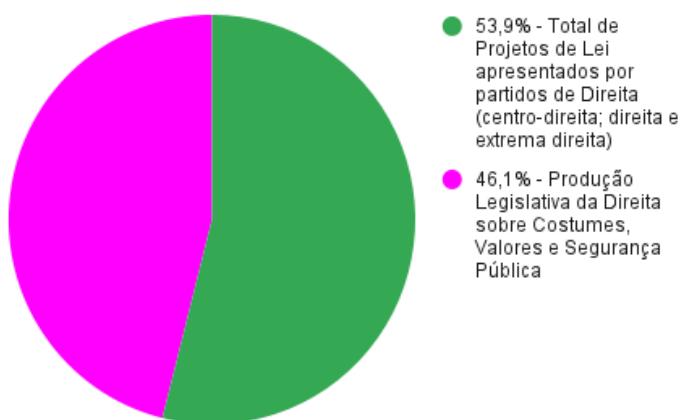
Fonte: Base de Dados da Pesquisa; Gráfico de Elaboração Própria

Figura 6 - Produção Legislativa da Direita sobre Costumes, Valores e Segurança Pública VS Produção Legislativa Total da Direita na 55^a Legislatura



Fonte: Base de Dados da Pesquisa; Gráfico de Elaboração Própria

Figura 7 - Produção Legislativa da Direita sobre Costumes, Valores e Segurança Pública VS Produção Legislativa Total da Direita na 56ª Legislatura



Fonte: Base de Dados da Pesquisa; Gráfico de Elaboração Própria

O exame das Figuras 5, 6 e 7 permite aferir que, ao longo do avanço das Legislaturas - 54 (2011-2015), anterior ao impeachment de Dilma Rousseff; 55 (2015-2019), período marcado pelo processo de impeachment; e 56 (2019-2023), correspondente à legislatura eleita com Jair Bolsonaro - houve um incremento significativo nos projetos de lei apresentados os quais tratam sobre as temáticas Costumes/Valores - ou seja, projetos cujo texto faz menção ou alusão aos temas ideologia de gênero; união homoafetiva; estatuto da família; proteção ao nascituro; nascituro; estatuto do nascituro; kit gay; escola sem partido; pró-vida; pró-família; pesquisas com células tronco; aborto; homeschooling; educação domiciliar - e Segurança Pública - ou seja, projetos cujo texto faz menção ou alusão aos temas: armamento; posse de

arma; o Estatuto do Desarmamento; redução da maioridade penal. Entre a 54^a Legislatura (2011-2015) e a 56^a Legislatura (2019-2023), houve um aumento de 14,5% na quantidade de propostas legislativas conservadoras nos campos dos costumes e segurança pública, com um aumento especialmente notável entre as Legislaturas 55 e 56, com 38,5% e 46,1%, respectivamente.

Esta análise demonstra que as eleições de 2018 confirmaram uma tendência de reativação da direita, tanto no Executivo, quanto no Legislativo. O movimento de “direitização” do Congresso Nacional teria se iniciado em 2014, quando parlamentares defensores de valores cristãos, da manutenção do status quo nas áreas rurais e do fortalecimento da repressão à criminalidade passaram a ocupar um número crescente de assentos no parlamento brasileiro, formando a chamada “bancada BBB”, enquanto bancadas mais simpáticas às pautas progressistas sofreram sensível redução¹⁷ (Quadros; Madeira, 2018). Esse movimento tem sido observado como uma reação articulada ao avanço de políticas públicas progressistas implementadas nas últimas décadas, introduzidas pelo Executivo, Legislativo e Judiciário brasileiros. Essa reação se evidencia, sobretudo, nas ações das bancadas evangélica e da bala, que têm desempenhado papéis centrais no Congresso Nacional ao promover uma agenda política fortemente baseada em valores tradicionais, na tentativa de resistir a mudanças percebidas como prejudiciais a valores essenciais da sociedade (Quadros; Madeira, 2018). Assim, a resistência conservadora busca preservar o status quo, enxergando transformações que ampliam direitos sexuais e reprodutivos femininos, direitos da comunidade LGBTQIA+ e da população negra e indígena como potenciais rupturas desestabilizadoras.

Em 2018 é possível atestar uma acentuação desse movimento, observando a composição da Câmara dos Deputados, marcada pela rejeição aos principais partidos nacionais, sobretudo o PSDB e o MDB, e o crescimento do PSL - sigla de Jair Bolsonaro e partido associado à nova direita brasileira - que foi alçado à condição de segunda maior bancada, com 52 deputados, em contraste com apenas 1 eleito em 2014 (Barbosa 2018). Jair Bolsonaro - e consequentemente, seu então partido PSL - emergiu como o principal representante da direita conservadora, mobilizou um discurso conservador que encontrou eco em amplos setores da sociedade, especialmente entre os evangélicos e outras forças religiosas.

¹⁷ Segundo Barbosa (2018), entre 2002 e 2018 o PT, perdeu um quantitativo expressivo de deputados federais, saindo de 91 parlamentares em 2002, seu auge, para 56 em 2018. Já segundo Marques (2019), outros partidos de esquerda como o PDT, PCdoB e PSOL, cujos números de bancada nunca foram muito expressivos, mantiveram basicamente o mesmo número de deputados.

Adotou pautas que incluíam a defesa da família tradicional, o combate à ideologia de gênero e uma visão de segurança pública pautada em ações repressivas. Essa visão, aliada a um discurso fortemente antissistema e contra a corrupção, fez com que a figura de Bolsonaro se convertesse na personificação da retórica de extrema-direita, estratégia estratégica que consolidou sua base de apoio e ampliou sua penetração entre os eleitores indecisos ou insatisfeitos com a classe política tradicional (Almeida, 2019). Com um discurso antissistema, o então candidato rejeitou alianças formais com grandes partidos, explorando o sentimento antipetista e a desconfiança generalizada com a política tradicional. Assim, Bolsonaro foi capaz de sintetizar essas forças em sua candidatura, transformando o PSL, um “partido nanico”, em uma máquina eleitoral personalista (Borges; Vidigal, 2023).

Para Singer (2021), as eleições de 2018 ativaram inclinações ideológicas conservadoras de longo prazo presentes no eleitorado brasileiro, levando ao crescimento expressivo do campo conservador no eleitorado. O autor destaca o papel central de Jair Bolsonaro nesse processo de reativação, figura que adotou uma retórica agressiva e claramente conservadora, explorando tensões ideológicas e culturais para consolidar um bloco político capaz de unir a direita tradicional e setores da centro-direita. Bolsonaro capitalizou sobre medos e ressentimentos de parte significativa do eleitorado, apresentando-se como alternativa radical à esquerda, consolidando tensões ideológicas e reafirmando o conservadorismo como uma força central no eleitorado.

Embora derrotado em 2022, Bolsonaro e seu movimento provaram ser mais do que um fenômeno eleitoral passageiro. O bolsonarismo representa uma nova configuração ideológica da direita brasileira, articulando conservadorismo nos costumes, antipartidarismo e neoliberalismo, que não apenas transformou o campo político Executivo brasileiro, mas também teve parte na alteração significativa da composição e das prioridades do Congresso Nacional, evidenciando a emergência de uma nova direita e apontando para a continuidade de tensões ideológicas que moldarão o debate público nos próximos anos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve o objetivo de analisar a ascensão da direita no Brasil e seu impacto na produção legislativa da Câmara dos Deputados - casa do povo - ao longo das últimas três legislaturas, apontando uma continuidade de eventos políticos que levaram à reconfiguração das forças políticas. As Jornadas de Junho de 2013 marcaram o início de um

descontentamento generalizado, que foi posteriormente canalizado por grupos de direita e extrema-direita no processo de impeachment de Dilma Rousseff, acontecimento que consolidou a reorganização da direita e pavimentou o caminho para a eleição de Bolsonaro, que representou o auge desse processo de ascensão da direita.

Os dados levantados demonstram a existência de uma relação entre a reconfiguração do Congresso Nacional e a priorização de pautas conservadoras, na qual a crescente representatividade da direita e da extrema-direita no parlamento refletiu-se diretamente na priorização de agendas conservadoras nas proposições legislativas apresentadas pelos deputados Federais. Os fatos políticos demarcados por este trabalho - manifestações de 2013, o impeachment de Dilma Rousseff em 2016 e a eleição de Jair Bolsonaro em 2018 - considerados aqui “âncoras” e “pilares” para o fortalecimento da direita ideológica no Congresso, resultaram em um deslocamento significativo da agenda política para temas associados à segurança pública, aos valores tradicionais.

A presença crescente de parlamentares alinhados aos valores conservadores, reforçou a resistência a pautas progressistas e impulsionou a discussão de temas ligados à segurança pública e aos valores tradicionais, como a família e a moralidade cristã. Esse movimento, alimentado por um discurso antipolítico e antipetista, teve um impacto profundo na configuração ideológica do Congresso e moldou a produção legislativa no Brasil. A pesquisa apresentou resultados que demonstram que a produção legislativa a qual aborda temáticas de temáticas de Costumes/Valores e Segurança Pública teve um incremento razoável entre a Legislatura 54^a (2011-2015) e 55^a (2015-2018) e um incremento significativo entre a Legislatura 55^a (2015-2018) e 56^a (2018-2023), confirmando uma tendência de reativação da direita, tanto no Executivo, quanto no Legislativo.

Portanto, conclui-se que o fortalecimento da direita no Brasil reflete um processo de reconfiguração política mais amplo, cujas consequências ainda se reverberam nas definição da agenda política no Congresso e que seguirão moldando o debate público nos próximos anos.

BIBLIOGRAFIA

ABERS, Rebecca; SERAFIM, Lizandra; TATAGIBA, Luciana. Repertórios de Interação Estado-Sociedade em um Estado Heterogêneo: A Experiência na Era Lula. *Revista de Ciências Sociais*, v. 27, n. 79, p. 325-357, 2014.

ALMEIDA, A. C. O motivo que levou à vitória de Bolsonaro. *Poder 360*, 31 out. 2018. Disponível em: <https://www.poder360.com.br>. Acesso em: 02/12/2024.

ALMEIDA, R. d. Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. *Novos estudos CEBRAP*, 38, p. 185-213, 2019.

ARAÚJO, Paulo Magalhães. Produção legislativa e mediação política: as indicações na Câmara dos Deputados. *Opinião Pública*, Campinas, v. 29, n. 1, p. 23–45, 2023.

BARBOSA, Leonardo. 2018. “O Congresso entre a fracionalização e a polarização.” Painel do NECON. Rio de Janeiro. URL: http://necon.iesp.uerj.br/wp-content/uploads/2018/11/Analise_Eleicoes2018_NECON_versao_3.pdf. Acesso em 10/12/2024.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff e o golpe de 2016: poder estrutural, contradição e ideologia. *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 1-25, 2017.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Repositório de dados eleitorais. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais>. Acesso em: 10/11/2024.

BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. 10. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

BOLOGNESI, Bruno; RIBEIRO, Eloísa; CODATO, Adriano. Uma nova classificação ideológica dos partidos políticos brasileiros. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 65, n. 4, 2022.

BORGES, André; VIDIGAL, Roberto. Do lulismo ao antipetismo? Polarização, partidarismo e voto nas eleições presidenciais brasileiras. *Opinião Pública*, Campinas, v. 24, n. 1, p. 53–89, 2018.

BORGES, André; VIDIGAL, Roberto. Introdução. In: *Para Entender a Nova Direita Brasileira: Polarização, populismo e antipetismo*. Porto Alegre: Editora Zouk.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Banco de Dados Legislativos. Brasília: Câmara dos Deputados, 2023. Disponível em: <https://dadosabertos.camara.leg.br/>. Acesso em: 02 fev. 2025. Tratamento dos dados por: ESTAT Consultoria Estatística.

CODATO, Adriano; BOLOGNESI, Bruno; ROEDER, Karolina Mattos. A nova direita brasileira: uma análise da dinâmica partidária e eleitoral do campo conservador. In: *Direita, Volver: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.

DIEGUEZ, Consuelo. *Direita, volver*. Piauí, n. 120, set. 2016. Disponível em:

<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/direita-volver/>. Acesso em: 25/11/2024.

FUKS, Mario; MARQUES, Pedro Henrique. Contexto e voto: o impacto da reorganização da direita sobre a consistência ideológica do voto nas eleições de 2018. *Opinião Pública*, Campinas, v. 26, n. 2, p. 305–332, 2020.

G1. Saiba como eram e como ficaram as bancadas na Câmara dos Deputados, partido a partido. G1, Eleições 2018, 08 out. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/10/08/pt-perde-deputados-mas-ainda-tem-maior-bancada-da-camara-psl-de-bolsonaro-ganha-52-representantes.ghml>. Acesso em: 15/01/2025.

LINHARES, Bianca de Freitas; MENDONÇA, Daniel de. Ideologia e partidos políticos no Brasil: elementos teóricos e metodológicos para uma proposta de classificação. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA, 10., 2016, Belo Horizonte. Anais [...]. Rio de Janeiro: ABCP, 2016.

MARIANO, Ricardo. Ativismo político de evangélicos conservadores rumo à extrema direita. In: INÁCIO Magna; OLIVEIRA, Vanessa Elias de (org.). *Democracia e eleições no Brasil: para onde vamos?* São Paulo: Hucitec, 2022. p. 219-236.

MARQUES, Rosa Maria. Brasil: Direita, volver! *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, n. 47, p. 33–53, 2019.

MESSENBERG, Débora. A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 32, n. 3, p. 621–647, 2017.

MIGUEL, Luís Felipe. O colapso da democracia no Brasil: da Constituição ao golpe de 2016. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Rosa Luxemburgo, 2019.

MOREIRA, Thiago; RENNÓ, Lucio. Conservadores convertidos: o "efeito Bolsonaro" em 2018. *Opinião Pública*, v. 30, p. e30112, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-0191202430112>. Acesso em: 15 dez. 2024.

MUDDE, Cas. *The Ideology of the Extreme Right*. Manchester: Manchester University Press, 2000.

PEREIRA, Frederico Batista. Non causa pro causa: o voto de direita e esquerda no Brasil. *Opinião Pública*, Campinas, v. 26, n. 3, p. 403–431, 2020.

PREPPS. Political Representation and Party System Dataset, 2006, 2011, 2015, 2019.

QUADROS, Marcos Paulo dos Reis; MADEIRA, Rafael Machado. Fim da direita envergonhada? Atuação da bancada evangélica e da bancada da bala e os caminhos da representação do conservadorismo no Brasil. *Opinião Pública*, Campinas, v. 24, n. 1, p. 59–93, 2018.

ROCHA, C. O boom das novas direitas brasileiras: financiamento ou militância. In: SOLANO, E. (Ed.). *O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil*. Rio de Janeiro:

Boitempo Editorial, 2018 p. 31-45.

SANTOS, Fabiano; TANSCHET, Talita. Quando velhos atores saem de cena: a ascensão da nova direita política no Brasil. *Colombia Internacional*, [S. l.], n. 99, p. 151–184, 2019.

SANTOS, R. M. (2019) As disputas em torno das famílias na Câmara dos Deputados entre 2007 e 2018: familialismo, conservadorismo e neoliberalismo. Tese (Ciência Política). Instituto de Ciência Política. Universidade de Brasília.

SINGER, André. A reativação da direita no Brasil. *Opinião Pública*, Campinas, v. 28, n. 1, p. 63–95, 2021.

SINGER, André. Introdução; Parte I. In: *O Lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)*. 1ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018

SINGER, A. Os sentidos do lulismo. Reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

TAROUCO, Gabriela Silva; MADEIRA, Rafael Machado. Os partidos brasileiros segundo seus estudiosos: análise de um expert survey. *Civitas: Revista de Ciências Sociais*, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 264–290, 2015.

TATAGIBA, Luciana. Entre as ruas e as instituições: os protestos e o impeachment de Dilma Rousseff. *Lusotopie*, v. 17, n. 1, p. 112–139, 2018.

TATAGIBA, Luciana; GALVÃO, Andreia. Os protestos no Brasil em tempos de crise (2011–2016). *Opinião Pública*, Campinas, v. 25, n. 1, p. 63–95, 2019.

TATAGIBA, Luciana; TRINDADE, Thiago; TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves. Protestos à direita no Brasil (2007-2015). In: MIGUEL, Luís Felipe; PINTO, Céli Regina Jardim (orgs.). *Direita volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015. p. 197-212.

V-PARTY. Varieties of Party Identity and Organization Dataset, 2020.